

Gestão de Vegetação em conflito com a Rede de Distribuição

(Atendimento à Seção 4.7 da REN nº 1.137)

O presente Plano de Manejo da Vegetação é elaborado em atendimento às diretrizes estabelecidas na Seção 4.7 (“poda e manejo vegetal”) da Resolução Normativa ANEEL nº 1.137/25, com vistas a contribuir para o aumento da resiliência de sistemas de distribuição a eventos climáticos severos.

1) Responsabilidades e Governança

A Concessionária mantém governança dedicada para o tema de manejo arbóreo/vegetal, com escopo de planejar, coordenar e executar intervenções necessárias à segurança da rede e à continuidade do fornecimento. Essa governança se baseia em:

- Planejamento técnico-operacional através de inspeções e intervenções preventivas e corretivas;
- Processos padronizados de registros das detecções das árvores, priorização de execução e despacho para equipes;
- Integração transversal com áreas de Operação, Manutenção, Meio Ambiente e Segurança;

A execução das ações de manejo da vegetação observa a necessária cooperação institucional entre a Concessionária, o Poder Público e os órgãos ambientais competentes, reconhecendo-se que a gestão da arborização, especialmente em áreas urbanas e em bens públicos, envolve competências compartilhadas e regimes jurídicos distintos.

Adicionalmente, a atuação coordenada com o Poder Público Municipal considera que a gestão rotineira da arborização urbana em vias públicas, incluindo a execução regular de podas para impedir a aproximação da vegetação à rede elétrica, insere-se no âmbito das atribuições municipais, enquanto nos imóveis particulares essa responsabilidade recai sobre os respectivos proprietários.

Nesse contexto, a atuação da concessionária ocorre de forma complementar e necessária, quando a ausência de manejo adequado da vegetação pelos responsáveis resulta em aproximação ou contato de galhos e árvores com a rede elétrica, configurando risco à segurança das pessoas, às instalações e à continuidade do fornecimento de energia.

2) Coordenação com Poder Público e Instrumentos de Cooperação

A cooperação institucional constitui elemento essencial para a efetividade do Plano, contribuindo para a prevenção de riscos à rede elétrica, a redução de conflitos administrativos e a conformidade com a legislação ambiental e urbanística aplicável.

Nesse sentido, a Concessionária busca celebrar convênios ou acordos de cooperação formais com os órgãos públicos, para definir protocolos de atuação coordenada para o

manejo da vegetação que interfira na segurança e continuidade do serviço público de distribuição de energia elétrica, como definido no item 1.

Neste sentido, os documentos de cooperação buscam prever, de forma clara, as responsabilidades de cada parte quanto à inspeção, poda preventiva, poda emergencial remoção de resíduos, remoção e substituição de árvores, respeitando as competências legais e ambientais de cada ente federativo, bem como os procedimentos técnicos e operacionais necessários à execução das ações.

3) Remoção de vegetação de risco e apoios operacionais

Quando a inspeção técnica identifica risco iminente associado ao, porte, inclinação ou localização do indivíduo arbóreo em relação às estruturas da rede elétrica, a Concessionária adota ações específicas para eliminar ou mitigar o risco elétrico com prioridade operacional.

Essas situações podem decorrer, inclusive, da não execução das podas regulares que competem ao Poder Público Municipal, no caso das vias públicas, ou aos proprietários responsáveis, no caso dos imóveis particulares. Nessas circunstâncias, a atuação da Concessionária se dá de forma supletiva, com foco exclusivo na eliminação do risco elétrico e na preservação da segurança das pessoas, das instalações e da continuidade do fornecimento de energia.

Além disso, em situações emergenciais envolvendo a queda de árvores ou galhos sobre a rede elétrica, a Concessionária atua muitas vezes de forma integrada com os órgãos de Defesa Civil Municipal, bem como com o Corpo de Bombeiros, estabelecendo comunicação direta e procedimentos coordenados para viabilizar a rápida liberação das áreas afetadas. Essa cooperação institucional permite agilizar o acesso das equipes técnicas, garantir a segurança do entorno, reduzir o tempo de remoção da vegetação afetando a rede elétrica e assegurando, sempre que necessário, o apoio logístico dos órgãos competentes para intervenções de maior complexidade. A articulação conjunta contribui para acelerar a restauração do serviço, reforçando a prontidão operacional em cenários críticos e atendendo ao disposto na REN nº 1.137.

4) Diretrizes técnicas e análise de risco

A Concessionária realiza análise sistemática do risco quanto a distância da vegetação sobre a rede de distribuição, conforme descrito no item 1, com o objetivo de avaliar a probabilidade e o impacto de interferências capazes de comprometer a continuidade, a segurança e a confiabilidade do fornecimento de energia elétrica.

Os resultados da análise de risco subsidiam a priorização das intervenções e a adoção de técnicas diferenciadas para execução em rede energizada ou desenergizada.

Para isso, utilizamos as seguintes metodologias de trabalho e ferramentas:

- Inspeções visuais pedestres que subsidiam a definição de distâncias seguras e do tipo de intervenção;
- Uso da tecnologia com Drone para inspeções em locais rurais de difícil acesso.

- Priorizando após a inspeção, considerando: proximidade da rede, nível de tensão e histórico de ocorrências;

As atuações da Concessionária na gestão da vegetação em conflito com a rede elétrica seguem encadeamento processual estruturado, que assegura rastreabilidade das detecções, das execuções, mantendo a integração entre planejamento, execução e encerramento das atividades.

O fluxo operacional adotado contempla as seguintes etapas:

Detecção (Inspeção, Evento ou Chamado)

↓

Avaliação Técnica de Risco

(Segurança elétrica, criticidade, nível de tensão)

↓

Definição de Ação

(Poda preventiva | Poda corretiva | Rebaixamento)

↓

Programação

(Definição de equipe, janela de execução, logística e comunicação coordenada)

↓

Execução em Campo

(Utilização de EPI/EPC, técnica adequada de poda e observância dos procedimentos de segurança)

↓

Limpeza e Gestão de Resíduos

(Coleta e destinação ambiental adequada)

↓

Registro e Evidências

(Georreferenciamento, registros técnicos e evidência fotográfica quando aplicável)

↓

Fechamento e Retroalimentação

↓

Mecanismos de controle e verificação

Além do registro e evidências de execução, o processo incorpora controles de aderência entre o planejado e o realizado, com:

- comparação mensal das metas de execução;
- auditorias por amostragem de qualidade de poda;
- reportes consolidados às instâncias de governança interna e, quando aplicável, aos entes públicos correlatos.

Esse encadeamento garante que cada detecção identificada em inspeções periódicas ou em situações eventuais resulte em avaliação técnica consistente, decisão proporcional ao risco, execução segura seguindo a legislação vigente e registro adequado, contribuindo

para o aprimoramento contínuo do planejamento e da gestão da vegetação no entorno da rede de distribuição.

5) Continuidade do Fornecimento de Energia Elétrica e atendimento a legislação

Os registros das reclamações, bem como as evidências das atividades de inspeção e manejo da vegetação executadas, são mantidos pela Concessionária em conformidade com o período regulamentar mínimo, observando as diretrizes do item 104 da REN nº 1.137, incluindo o armazenamento e o tratamento das informações pelo prazo de 5 anos, quando relacionados a solicitações que envolvam risco à segurança da rede ou à continuidade do fornecimento. O compartilhamento dessas informações com órgãos públicos ou terceiros observa rigorosamente as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), garantindo finalidade específica, necessidade, segurança e integridade dos dados tratados.

Esses mecanismos asseguram rastreabilidade, padronização, transparência e aprimoramento contínuo das ações de manejo da vegetação conduzidas pela Concessionária, contribuindo para uma governança operacional sólida, para o planejamento eficiente dos ciclos futuros e para o atendimento integral às exigências regulatórias aplicáveis.

As ações de manejo vegetal estão diretamente vinculadas à continuidade do fornecimento, e tem influência sobre os indicadores de continuidade e qualidade do fornecimento de energia, especialmente DEC, FEC, DRP e DRC, conforme metodologia regulatória vigente.

Para execução das atividades de manejo de vegetação, a distribuidora busca sempre o devido licenciamento e/ou autorização prévia junto ao Município competente, atuando em conformidade com a legislação ambiental vigente e em articulação com o Poder Público Municipal, de forma a garantir a regularidade das podas e a segurança da rede de distribuição.

6) Relatório Anual de Gestão da vegetação e Plano do Manejo da Vegetação

Em atendimento a Resolução Normativa ANEEL nº 1.137/2025, a Enel elaborará, anualmente, o Relatório Anual de Gestão do Manejo Vegetal, reunindo de forma estruturada e transparente as ações realizadas no período em cada um dos conjuntos elétricos, contemplando:

- número de inspeções realizadas e extensão das redes inspecionadas;
- podas preventivas executadas;
- podas corretivas executadas;
- aceiros em faixas de servidão;
- convênios celebrados e tratativas institucionais em andamento.

O relatório a ser elaborado pela distribuidora constituirá instrumento essencial para a transparência, o controle regulatório e o aprimoramento contínuo das ações de manejo vegetal conduzidas pela Enel, demonstrando a efetividade das intervenções e sua contribuição direta para a segurança da rede, a qualidade e a continuidade do fornecimento de energia elétrica.

Conforme dispõe na REN nº 1.137, o Relatório anual será disponibilizado ao público no site eletrônico e nos postos de atendimento presencial da Enel, em linguagem acessível.

Em conformidade com o item 103 da REN nº 1.137, a Enel disponibilizará a versão atualizada deste Plano de Manejo Vegetal em seus canais oficiais, garantindo transparência e amplo acesso às informações, observando a linguagem clara e adequada prevista na regulamentação.

Com o objetivo de reforçar a transparência, o planejamento operacional e a previsibilidade das ações de manejo da vegetação, a Concessionária estabelece, para cada exercício anual, uma programação estimada dos volumes de poda a serem executados e da extensão de redes a serem inspecionadas.

A estimativa anual tem caráter programático, podendo ser ajustada em função de fatores como eventos climáticos severos, demandas emergenciais, solicitações do Poder Público e necessidades operacionais identificadas ao longo do ano.

Para o exercício de **2026**, serão previstas:

Tabela 6.A – Volume estimado de podas planejadas, mês a mês;

	Quantidade de Podas prevista
	CE
Janeiro	27.529
Fevereiro	25.026
Março	25.026
Abril	27.529
Mai	26.277
Junho	34.949
Julho	36.537
Agosto	34.163
Setembro	36.632
Outubro	37.473
Novembro	36.573
Dezembro	33.352
Total	381.066

Tabela 6.B – Extensão estimada de redes a serem inspecionadas (km), mês a mês.

	Quantidade inspeções (Km)
	CE
Janeiro	3.110
Fevereiro	2.710
Março	3.022
Abril	3.427
Mai	4.046
Junho	4.533
Julho	4.935
Agosto	4.879
Setembro	4.556
Outubro	4.009
Novembro	3.431
Dezembro	4.125
Total	46.783

As informações provenientes das inspeções, das podas preventivas e das podas corretivas realizadas alimentam os processos de análise de reincidência e criticidade por dispositivo de proteção, alimentador e por conjunto elétrico. O resultado dessas análises subsidia a priorização das equipes e a definição das áreas que compõem o ciclo anual de poda, permitindo correlacionar diretamente as ações de manejo vegetal com a redução dos indicadores de continuidade.

Dessa forma, o planejamento e a execução do manejo da vegetação são integrados às estratégias de melhoria de qualidade da Concessionária, de modo que a redução das causas de interrupção relacionadas à vegetação contribua para a diminuição progressiva de DEC e FEC, em conformidade com os planos de desempenho da distribuição.

7) Considerações Finais e Diretrizes de Consolidação do Plano

O Plano de Manejo da Vegetação da Enel consolida, de forma integrada, as diretrizes operacionais, técnicas e institucionais necessárias para a adequada gestão da arborização situada nas áreas de influência da rede elétrica da empresa, em alinhamento às disposições da Seção 4.7 da REN nº 1.137/2025.

Seu objetivo é fortalecer a segurança operacional, elevar a confiabilidade do fornecimento de energia, aprimorar a gestão de riscos e assegurar o cumprimento das exigências regulatórias, preservando a população, as equipes, o meio ambiente e a infraestrutura elétrica.

A Enel reafirma, assim, seu compromisso com o aprimoramento contínuo de suas práticas de manejo vegetal, com a segurança da população, com a resiliência da rede elétrica e com a prestação de um serviço de distribuição de energia elétrica adequado, eficiente e de

qualidade, conforme exigido pela regulação e alinhado às melhores práticas do setor elétrico.